**ANA ALICE ALCÂNTARA COSTA**
**CECÍLIA MARIA BACELLAR SARDENBERG**

# TEORIA E PRÁXIS FEMINISTAS NA ACADEMIA
## Os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras

*"As mulheres querem se reapropriar dos fragmentos dessa (sua) história sem memória, não para cristalizá-los e fabricar novas múmias, mas para que estejam presentes na nossa consciência e nas nossas práticas cotidianas, para que façam parte da nossa revolta, nossa experiência, nossos sonhos"*[1].

Recentemente, constatou-se a existência de cerca de quarenta núcleos de estudos sobre a mulher e/ou relações de gênero vinculados a intituições de ensino superior no Brasil. Provavelmente, dado o ritmo acelerado em que núcleos dessa natureza vêm sendo criados nos últimos anos - muitos não foram incluídos sequer nos levantamentos mais recentes -, a cifra acima já está defasada. É até possível que, neste preciso momento, um novo núcleo esteja sendo criado. E, quem sabe, outros tantos estejam sendo planejados, cogitados, ou apenas nos primeiros momentos do seu vir a ser.

Nada disso porém é de causar espanto. Sabe-se que, desde a retomada do projeto feminista em meados dos anos 60, cresce, por toda a

[1] LOBO, Elizabeth S.. *A Classe Operária tem Dois Sexos*. São Paulo: Brasiliense/Sec. Municipal de Cultura, 1991, p. 217.

parte e com destacado vigor, o interesse em estudos e pesquisas sobre mulheres e relações de gênero, dando margem ao surgimento de um campo de reflexão específico que atravessa diferentes ciências e tradições disciplinares. Assim, por toda parte, resguardadas as especificidades e diferentes desdobramentos desse processo no tempo e espaços mundiais, regionais, vai se dando, nas universidades, "...o agrupamento e integração de pesquisadoras - que em maioria já trabalhavam o tema Mulher mais ou menos isoladamente - em núcleos de estudos e pesquisas"[2].

Contudo, muitas questões se formulam quando se considera esses desdobramentos do feminismo contemporâneo no Brasil. A começar, inclusive, pela própria tentativa de compreender, mais a fundo, esse momento atual de proliferação dos núcleos da mulher nas universidades brasileiras. Cabe perguntar, por exemplo, qual sua relação com o que acontece no nível dos avanços teóricos e do movimento social? E quais as perspectivas que vêm se abrindo com os núcleos no sentido da consolidação do projeto feminista em nosso meio?

A complexidade dessas questões exige uma reflexão mais aprofundada, da qual este artigo é apenas um começo. Assim, à luz de uma avaliação crítica do caminho percorrido no processo de institucionalização da práxis feminista na academia, nos debruçamos sobre algumas indagações em torno de suas diferentes facetas, quais sejam: a) a conquista e legitimação de um espaço de reflexão e ação específico; b) a disseminação da produção de conhecimentos e incorporação de uma perspectiva feminista de gênero na produção e transmissão dos saberes científicos; e por último, mas certamente não menos importante, c) as contribuições e perspectivas dessa práxis para o avanço do projeto feminista na sociedade mais abrangente e, em particular, na transformação do cotidiano da própria vida acadêmica.

Nesse sentido, portanto, cabe ressaltar desde o início que na luta das mulheres pela erradicação das desigualdades de gênero e conquista de uma cidadania plena, a 'teoria' e a 'práxis' estão intimamente ligadas, alimentando-se mutuamente. De um lado, a retomada do movimento feminista tem sido uma fonte inspiradora bastante fértil para o desenvolvimento de estudos e pesquisas acerca da condição feminina. De outro, é certo que, num plano mais amplo, esses estudos têm contribuído para o avanço dos movimentos de mulheres. Explorando questões relativas às relações de gênero no capitalismo contemporâneo, assim como à situação da mulher brasileira em sua diversidade, esses estudos têm retratado, não raro de forma contundente, as diferentes formas, facetas e níveis em que a opressão e exploração da mulher se processam e se manifestam em nossa sociedade. Esses estudos têm se mostrado relevantes não só como subsídio, mas também como instrumento de luta, principalmente na medida em que se voltam para a investigação e

---

[2] MOTTA, Alda et al.. *Programa de Assessoria do NEIM a Grupos de Mulheres de Baixa Renda*. Salvador: NEIM/UFBa, fevereiro de 1989, p. 3

análise de questões relativas à violência doméstica, à saúde da mulher e seus direitos reprodutivos, e às formas e níveis em que vem se processando sua inserção no mercado de trabalho[3].

Também não se pode esquecer que o desenvolvimento desses estudos e a conquista de espaços próprios de reflexão, como os grupos de trabalho em associações científicas e os núcleos da mulher nas universidades, são também fruto de uma luta travada dentro da academia pelo reconhecimento da relevância e legitimidade da problemática da mulher como objeto de reflexão e análise. Nesse tocante, vale lembrar que, se no plano internacional há tempo já não se questiona a relevância científica e social desses estudos, no Brasil esse reconhecimento e a conquista de um espaço específico para reflexões sobre a temática Mulher e seus desdobramentos são conquistas relativamente recentes e ainda não de todo consolidadas. Na verdade, não seria exagero afirmar que no Brasil, ainda hoje, os estudos e pesquisas em torno dessa temática e o próprio surgimento dos núcleos se desenvolvem sob condições nem sempre favoráveis, ou mesmo hostis em algumas instâncias e espaços da academia, o que empresta, a tudo isso, um caráter de militância.

Entretanto, é fundamental lembrar que as exigências das práticas políticas do movimento distinguem-se das exigências das práticas teóricas, científicas, acadêmicas. Assim, se nos primeiros momentos da retomada do feminismo as reflexões teóricas tinham como objetivo imediato os objetivos políticos de transformação da mulher, atualmente verifica-se um distanciamento entre o movimento e a produção teórica na academia. Esse distanciamento traz como conseqüência uma despolitização dos chamados estudos de gênero. E, como corolário, a não consolidação do projeto feminista na academia.

## Um pouco de história

Pode-se dizer que os estudos sobre a mulher no Brasil, com uma perspectiva de transformação da condição feminina, têm início nos anos 60 com o trabalho pioneiro de Heleieth Saffioti, *A Mulher na Sociedade de Classes*. Entretanto, devido às nossas condições históricas específicas, só nos anos 70, notadamente a partir das comemorações do Ano Internacional da Mulher, é que estes trabalhos começarão a ganhar maior impulso[4].

---

[3] Como exemplos dessa prática tem-se a contribuição teórica e o acompanhamento prestado quando da criação dos Conselhos da Condição Feminina, das Delegacias Especiais de Atendimento, na elaboração do PAISM e, especialmente, durante o processo Constituinte, não só no nível federal mas também em relação aos Estados e Municípios.

[4] Já nos idos de 1973 Zahidé Machado ministra na graduação de Ciências Sociais, através do Departamento de Sociologia da UFBa, o Curso Monográfico Família e Relações entre Sexos, um dos primeiros cursos em que a temática principal é a mulher. No ano seguinte, curso semelhante foi ministrado no Mestrado em Ciências Sociais, o que representou um forte estímulo para a produção das primeiras teses sobre a mulher no Nordeste.

O evento, patrocinado pelo escritório da Organização das Nações Unidas no Rio de Janeiro, contribuirá para o surgimento de vários grupos de mulheres no país: grupos de estudos ou de reflexão e ação, organizados nos moldes dos grupos de conscientização surgidos nos Estados Unidos e na Europa, que se constituíram como articulação básica do feminismo contemporâneo[5].

No Brasil, em consonância com o que ocorria em termos mundiais, esse feminismo que ressurge articulado em torno da afirmativa de que 'o pessoal é político', traz como novidade o questionamento da divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, do papel tradicional da mulher na família e na sociedade. Um feminismo fortemente influenciado pelos ideais de contestação que surgiram na Europa e nos Estados Unidos nos anos 60, e que luta por uma transformação mais abrangente nas relações humanas e pela eliminação das discriminações sociais entre os sexos[6].

Toda essa crescente mobilização das mulheres em torno de questões específicas à condição feminina em nossa sociedade gerou um excepcional interesse em estudos e pesquisas concernentes à mulher. Em 1979 um passo importante no incentivo à produção científica nesta área será dado com a criação do Grupo de Trabalho Mulher e Força de Trabalho na ANPOCS[7] e posteriormente, em 1980, na mesma Associação, com a criação do GT Mulher e Política[8]. No mesmo ano será criado o primeiro núcleo de estudos em uma universidade brasileira, o Núcleo de Estudos da Mulher - NEM -, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Fruto da iniciativa de Fanny Tabak, a criação deste Núcleo será um exemplo a ser seguido, imediatamente, por muitas outras estudiosas em outras regiões do país.

Já em 1981 surge o Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher - NEDIM, na UFCe e, em 1983, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM da UFBa. Em 1984 são criados mais três núcleos nas Universidades Federais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais. Neste mesmo ano, dá-se a realização do Seminário de Pesquisas Zahidé Machado, em Salvador, promovido conjuntamente pela Fundação Carlos Chagas e o NEIM, com o apoio da Fundação Ford[9].

---

[5] SARDENBERG, Cecília e COSTA, Ana Alice Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, M. e BINGEMER, M (org ), *Mulher e Relações de Gênero*. São Paulo. Loyola, 1994

[6] COSTA, Ana Alice e SARDENBERG, Cecília. Feminismos e Feministas. *Revista Baiana de Enfermagem*, vol. VI, nº 1, outubro/93. Salvador, Escola de Enfermagem/UFBa.

[7] Sobre o GT Mulher na Força de Trabalho ver: AGUIAR, Neuma e SANTOS, Selene *Os dez anos de produção do Grupo Mulher na Força de Trabalho*. XI Encontro Nacional da ANPOCS, 1988, LAVINAS, Lena e CASTRO, Mary Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In· COSTA, A. O e BRUSCHINI, C. (org.), *Uma Questão de Gênero* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

[8] Sobre a produção do GT Mulher e Política ver. BANDEIRA, Lourdes e OLIVEIRA, Eleonora *Trajetória da Produção Acadêmica sobre as Relações de Gênero no Grupo de Trabalho Mulher e Política* Ciências Sociais Hoje (Anuário de Antropologia, Política e Sociologia). São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1991.

[9] Neste seminário discutiu-se o *estado das artes* dos estudos e pesquisas sobre mulher no Brasil, verificando-se que apesar do incremento registrado na produção científica nesse campo na década anterior, poucos foram os temas explorados e poucas as contribuições teóricas de maior ressonância

A partir de 1990, com a introdução do Gênero como categoria de análise, haverá um grande impulso no processo de criação dos núcleos (fato que analisaremos mais adiante). Só nesse ano surgem seis núcleos. Todos eles já incorporando no seu nome essa categoria, em contraste com os criados na década anterior, que se identificam como núcleos da Mulher.

Impulso de igual intensidade será sentido também nas Associações Científicas. Foram criados GT's na ANPED (Educação); na ABA (Antropologia); ABEP (Estudos Populacionais); ANPUH (História); ABRALIC (Literatura Comparada); ABET (Trabalho); ABRAPSO (Psicologia Social); ANPOLL (Letras e Literatura). Igualmente importantes têm sido os concursos promovidos pela Fundação Carlos Chagas, sempre com o apoio da Fundação Ford, provendo recursos para estudos e pesquisas em torno dessa temática, e, assim, o incentivo necessário para uma produção científica séria e competente.

## O que e como são os Núcleos

Congregando professores e pesquisadores que, de um modo geral, já desenvolviam trabalhos nessa linha de pesquisa, não raro de forma isolada, esses núcleos vêm se constituindo em espaços privilegiados para a necessária permuta de informações e o aprofundamento de questões teórico-metodológicas, contribuindo, assim, para o avanço da discussão em torno da problemática da mulher e das relações de gênero e para o desenvolvimento dessa nova perspectiva de ver e refletir sobre a sociedade brasileira.

No que tange à estrutura destes núcleos, observa-se a não existência de um modelo dominante, mas de articulações que respondem na sua forma de organização e atuação às realidades das instituições às quais estão vinculados. A estrutura de um núcleo de Universidade Federal, em que a maioria dos docentes trabalha em 'dedicação exclusiva' e desfruta de estímulo à formação acadêmica e à pesquisa, é bem distinta de um núcleo de uma instituição privada onde seus professores não têm uma estrutura de carreira definida, são contratados em regime de trabalho parcial e enfrentam sérias dificuldades na sua formação acadêmica, quando não impedimentos ou demissões.

O processo de reconhecimento formal dos núcleos tem ficado mais em função dos interesses das equipes em buscar sua formalização. Os entraves da estrutura burocrática das universidades têm levado muitos grupos a se manter à margem da estrutura formal. Segundo o estudo realizado pelo NEMGE, "a tendência à regulamentação e formalização é mais forte naqueles que visam desenvolver atividades coletivas de extensão e pesquisa e mais fraca naquelas equipes que privilegiam a atividade interna, discussão teórica ou de pesquisas individuais em andamento. Está na dependência direta da motivação do grupo para a captação externa de recursos"[10].

---

[10] COSTA, Albertina e BLAY, Eva (org.) *Gênero e Universidade* (I Encontro Nacional de Núcleos Universitários de Estudos sobre Relações Sociais de Gênero). São Paulo: NEMGE/USP, 1992, p. 129, 130.

Cabe porém ressaltar que, apesar da reconhecida relevância dos núcleos, sérios entraves vêm emperrando o seu processo de criação, afirmação e sobrevivência, o que tem dificultando seu funcionamento e sua atuação continuada. A descontinuidade, aliás, tem sido uma característica marcante na história de alguns núcleos: a falta de recursos financeiros, de pessoal técnico-administrativo, e a necessidade de formação do pessoal docente, muitas vezes em outros estados ou países, têm causado, com certa freqüência, a interrupção temporária das atividades.

De um modo geral, pode-se dizer que a trajetória dos núcleos tem sido marcada por um processo de lutas em duas frentes de batalhas: de um lado, é necessário reafirmar, constantemente, a legitimidade científica da "questão da mulher" e seus desdobramentos enquanto objeto de análise e, assim, deixar claro a necessidade de incentivos aos estudos e pesquisas nessa área. De outro lado, trava-se um embate contra as políticas atuais de contenção de verbas para as universidades e o fomento à pesquisa básica, o que vem criando inúmeros obstáculos no sentido da garantia de um apoio institucional mais eficaz à captação dos recursos necessários à manutenção desses núcleos e à viabilização de suas propostas de trabalho.

Esses problemas de natureza econômico-administrativa não penalizam somente os núcleos de estudos sobre a mulher; atingem a comunidade científico-acadêmica como um todo. Entretanto, na medida em que a relevância científica dos estudos nessa área ainda não foi de todo reconhecida, ao menos em termos de prioridades quanto ao apoio efetivo das agências financiadoras governamentais, os recursos disponíveis para as pesquisas na temática da mulher ainda permanecem bastante escassos. Essa situação vem criando um ambiente de competição contra-produtivo entre os diferentes núcleos e pesquisadores, desfavorecendo sobretudo aqueles das regiões Norte e Nordeste, que não se beneficiam dos recursos acadêmicos provenientes de outras áreas do país.

Na verdade, verifica-se, atualmente, uma nítida concentração de centros de formação e capacitação, pessoal qualificado, seminários e encontros de associações científicas, organismos de divulgação e, sobretudo, dos recursos de fomento à pesquisa nos estados do Centro-Sul. Não se dá, portanto, ao azar, o fato de que são as universidades e demais centros de pesquisa, alí localizados, que respondem pelos mais elevados índices da produção científica do país. No campo dos estudos sobre a mulher e relações de gênero esse quadro é muito acentuado, apesar do grande número de núcleos existentes no Norte e Nordeste.

Se, como diz o velho ditado, "dinheiro gera dinheiro", também a concentração desses recursos científico-acadêmicos nos estados do Centro-Sul tende a gerar mais recursos dessa ordem para a região, ao passo que, salvo raras exceções, os centros de pesquisa situados em outras áreas do país, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, vêem-se emaranhados nas teias do círculo vicioso da 'baixa produção científica', concorrendo, assim,

em franca desvantagem, pelos recursos progressivamente mais escassos para o fomento à pesquisa.

Um dos principais fatores, dentre outros de ordem estrutural, que concorrem como responsáveis pela reprodução desse círculo vicioso, prende-se certamente ao fato de que, em sua grande maioria, os centros de pesquisa das regiões Norte e Nordeste estão vinculados às Instituições Federais de Ensino Superior e, destarte, vêem-se invariavelmente sujeitos à crônica escassez de verbas e de incentivos, funcionando sem as mínimas condições de trabalho: salários indignos, instalações altamente precárias, bibliotecas defasadas, dificuldades no acesso à tecnologia informática e à literatura pertinente às pesquisas sendo realizadas etc. Além disso, as grandes distâncias geográficas existentes não só entre o Norte-Nordeste e o Centro-Sul, como também entre os próprios centros norte-nordestinos, dificultam sobremaneira o necessário intercâmbio de informações e conhecimento entre eles. Na verdade, ao contrário do que se poderia esperar, o intercâmbio com o Centro-Sul tem sido muitas vezes bem mais intenso do que o estabelecido entre os centros da própria região Norte-Nordeste, levando inclusive à configuração de descompassos, tambem no nível intra-regional, sem falar no que se perde em termos da possibilidade de realização de pesquisas conjuntas, voltadas para a análise de problemas regionais.

Estes núcleos do Norte e Nordeste, mesmo 'nadando contra a maré', vêm desenvolvendo diversas atividades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, tendo produzido estudos relevantes sobre relações de gênero e condição feminina na região. É, portanto, lastimável saber que muitos desses estudos não têm encontrado vias de divulgação, permanecendo conhecidos apenas nos limites dos núcleos em que se realizam ou, no máximo, nas universidades em que se localizam.

Cientes desses problemas, entidades como a ANPOCS e a ABA vêm apoiando a formação de grupos de estudos bem como a realização de encontros regionais no Norte-Nordeste, contribuindo, assim, para uma aproximação e o necessário intercâmbio entre pesquisadores da região. Nessas instâncias, espaços vêm sendo criados para a discussão em torno da problemática da mulher, através da formação de grupos de trabalho específicos.

Essas iniciativas merecem destaque não somente por divulgarem a produção científica nessa temática nos estados do Norte-Nordeste, mas também por se constituírem numa importante fonte de incentivo para novos estudos e pesquisas nessa área. Note-se, porém, que apesar de sua inegável relevância, tais iniciativas não têm sido suficientes como canais para uma aproximação e intercâmbio mais sistemático entre os vários pesquisadores e núcleos na região.

Conscientes de todas essas dificuldades e da necessidade de romper com o isolamento existente, os vários núcleos do Norte e do Nordeste, reunidos em setembro de 1992 no I Encontro Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero, promovido pelo NEIM, em Salvador, criaram

a Rede Regional Norte-Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero -REDOR[11].

**O gênero no Brasil**

Nas discussões travadas durante o 1º Encontro Nacional de Núcleos de Estudos sobre a Mulher nas Universidades Brasileiras, promovido pelo NEMGE/USP, em São Paulo (março de 1991), quando se reuniram representantes dos diferentes núcleos para discutirem os problemas e perspectivas desses centros de estudos, verificou-se que esses centros ainda se constituem em verdadeiros *guetos femininos* dentro das universidades, quer seja em termos do sexo da maioria dos seus membros (são majoritariamente, senão exclusivamente, compostos por mulheres), quanto no alcance, circuito e retroalimentação (*feedback*) da produção ali desenvolvida. Pode-se mesmo afirmar que esses centros - incluindo-se os GT's da ANPOCS e das outras Associações - ainda sofrem, por assim dizer, da 'síndrome do umbigo', isto é, são grupos de mulheres, escrevendo sobre mulheres, para um público composto essencialmente por mulheres.

Nesse ponto, assemelham-se aos **grupos de reflexão** ou de **conscientização** que marcaram, em todo o mundo, o ressurgir do movimento femininista, sendo um espaço específico para reflexões em torno da questão da mulher. Os núcleos da mulher representam a expressão de um momento, ou de uma fase imprescíndivel na constituição de um novo campo do saber, fase esta na qual se processa a construção do seu objeto de estudo.

Vive-se, contudo, um novo momento na trajetória de constituição desse campo do saber. Esse momento se descortina com a proposição do conceito de **gênero**, enquanto categoria fundamental de análise, dentro de uma perspectiva relacional. A proposição do gênero para além do avanço epistemológico crucial na construção desse campo do saber - construiu-se, por fim, um **objeto formal** - constituiu-se também em uma possibilidade, um caminho ou mesmo um desafio no sentido da derrubada das paredes do *gueto*, para a conquista de um espaço de reflexões a um outro nível, bem mais amplo, que atravesse outros campos de saber e incorpore, não só mulheres, mas a comunidade científica como um todo[12].

Tentativas de conquista desse espaço foram feitas, inclusive por iniciativa da ANPOCS, a exemplo da mesa-redonda em torno da *Transversalidade do Gênero* realizada em 1990, durante o XV Encontro Nacional. Entretanto, sabe-se que o reconhecimento fundamental da pers-

---

[11] Sobre objetivos, estrutura e composição da REDOR ver: COSTA, Ana Alice e SARDENBERG, Cecília Maria. Rede Regional Norte-Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero. *Revista Brasileira de Enfermagem*, nº 2, outubro de 1993. Associação Brasileira de Enfermagem.

[12] COSTA, Ana Alice e SARDENBERG, Cecília. Proposta de Trabalho do NEIM para o Biênio 1991/1993 (mimeo). Salvador NEIM, maio de 1991.

pectiva de gênero para todos que objetivam um conhecimento profundo das sociedades humanas, em seus múltiplos níveis e aspectos, não vem automaticamente. Esse reconhecimento depende de uma luta a ser travada tanto no plano teórico-metodológico quanto na arena das instituições e instâncias científico-acadêmicas, nas quais se incluem naturalmente as universidades. Nessa luta, portanto, os núcleos de estudos sobre a mulher terão certamente um papel fundamental, o que torna imprescindível a definição de políticas de ação no sentido da construção deste espaço.

Já em 1991, durante o I Encontro de Núcleos, se assinalava a necessidade de que essas políticas se orientassem tanto pelo aprofundamento das reflexões teórico-metodológicas em torno do conceito de gênero quanto para uma ampla disseminação/divulgação da produção resultante entre interlocutores de outros campos e áreas do saber.

Apesar de não termos ainda conseguido, de fato, construir esse espaço de interlocução com as correntes de pensamento dominantes - a classe trabalhadora, os eleitores, os movimentos sociais, os sem-terra etc. e tal... seguem sem ter sexo - conseguimos tornar o gênero visível e hoje esta terminologia é amplamente utilizada no país.

Mas nem aqueles grupos mais recentes, nos quais a terminologia **gênero** foi adotada, não só em termos de denominação, mas principalmente como preocupação teórico-metodológica central, conseguiram romper com o cerco do gueto, com as amarras do isolamento acadêmico.

Essa é uma questão que gostaríamos de trazer para a discussão aqui neste contexto de institucionalização da práxis feminista. Gostaríamos de discutir a forma como a **categoria de análise gênero** vêm sendo tratada no Brasil e os efeitos políticos dessa 'tergiversação' no movimento de mulheres e no próprio feminismo.

Isso que sentimos (e portanto são apenas 'sentimentos', ainda não uma reflexão "científica" para afirmá-los) é fruto da nossa experiência de feministas militantes e acadêmicas e, em especial, da nossa relação com os núcleos das universidades, principalmente os do Nordeste, com os movimentos populares de mulheres, com os departamentos femininos dos sindicatos, entre outros segmentos.

As 'acadêmicas', ao importarem o conceito de gênero, jogaram-no na rua antes mesmo de assimilá-lo[13] ou de torná-lo mais compreensível para parcela significativa do movimento de mulheres. Imediatamente a categoria gênero passou a figurar em todas as instâncias do movimento, substituindo pura e simplesmente a palavra mulher. As pautas de negociações dos sindicatos passaram a incorporar as reivindicações de 'gênero'!!! As demandas dos movimentos populares e até mesmo do movimento feminista seguem esta mesma prática. Mais uma vez as mulheres tornaram-se **invisíveis.**

---

[13] MACHADO, Lia Zanotta Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade. In. COSTA, A O. e BRUSCHINI, C.(org ), op. cit., p. 25.

Na academia o quadro não será distinto. Muitos dos trabalhos ditos de gênero não passam de estudos sobre a mulher, sobre a condição feminina[14]. Do mesmo modo vários núcleos de estudos e grupos de trabalhos nas associações científicas foram criados com o objetivo de estudar gênero e permanecem fechados no gueto dos estudos da mulher.

No Brasil, aconteceu o que Scott coloca como um aspecto da incorporação do gênero[15], uma espécie de cortina florida para esconder algo que incomoda e que é de dificil assimilação. Para a academia é muito mais fácil assimilar 'estudos de gênero' do que o 'feminismo', sempre identificado pelos setores mais resistentes com a militância e não com a ciência. Portanto também muito mais digerível para uma parcela significativa das acadêmicas que assim puderam incorporar-se aos *women's studies* sem correr o risco de serem identificadas com o feminismo, engrossando assim o que as militantes feministas chamam pejorativamente de **genéricas**.

A conseqüência imediata foi o distanciamento entre os núcleos que se tornaram **essencialmente acadêmicos** e a militância, criando assim barreiras no processo de retro-alimentação dessas duas instâncias. Houve, inclusive, determinados momentos em que a vinculação com a militância feminista e até mesmo a manutenção das chamadas atividades de extensão, isto é, de assessoria, capacitação e articulação com mulheres dos setores populares por parte de alguns núcleos, passaram a ser motivos de críticas e acusações de pouca seriedade acadêmica. Lamentavelmente essas críticas já não eram mais oriundas dos chamados 'setores conservadores da academia', mas sim das **genéricas.**

Nesse sentido, um conceito que veio para ampliar, para possibilitar um entendimento relacional que incorpora outras categorias além do sexo e que portanto poderia dar uma contribuição substancial à luta das mulheres,

---

[14] Ver HEILBORN, Maria Luiza. Fazendo Gênero? A Antropologia da Mulher no Brasil. In COSTA, A. e BRUSCHINI, C., op. cit..

[15] "No seu uso recente mais simples, gênero é sinônimo de mulheres. Livros e artigos de todo o tipo, que tinham como tema a história das mulheres substituíram durante os últimos anos nos seus títulos o termo mulheres pelo termo gênero. Em alguns casos, este uso, ainda que referindo-se vagamente a certos conceitos analíticos, trata realmente da aceitabilidade política desse campo de pesquisa. Nessas circunstâncias, o uso do termo gênero visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho, porque gênero tem uma conotação mais objetiva e neutra do que mulheres. O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por conseqüência, dissociar-se da política - pretensamente escandalosa - do feminismo. Neste uso, o termo gênero não implica necessariamente a tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo 'história das mulheres' revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o gênero inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. Este uso do gênero é um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980". SCOTT, Joan. *Gênero. Uma categoria útil para análise histórica.* (ÁVILA, M. B. e DABAT, C. R. tradutoras). Recife: SOS Corpo, p. 4. (texto original: *Gender. An Useful Category of Historical Analysis. Gender and the Politics of History.* Nova Iorque: Columbia University Press, 1989.

Sobre esta questão ver também. LOBO, Elisabeth Souza. Os usos do gênero. In: *A Classe Operária tem dois sexos.* Trabalho, dominação e resistêncla São Paulo: Brasiliense, 1991.

tem ficado, no Brasil, muito aquém do que prometia. Isso trouxe como conseqüência a despolitização do feminismo na academia, na medida em que vem tornando invisível toda uma série de demandas e ações que visem a melhoria da condição feminina e a própria equiparação social da mulher nos meios científicos acadêmicos.

**Um projeto feminista para a Academia**

Vale lembrar que a retomada da problemática feminista enquanto questão intelectual nos anos 60 - então sob uma nova perspectiva e questionamento da situação da mulher na sociedade - implicou a constatação de que a ciência, como fenômeno social e, portanto, resultante de processos históricos, tem historicamente refletido bem como reproduzido, nas suas práticas e representações, as assimetrias de gênero observadas no plano do social.

Dessa maneira, constatou-se, no plano teórico-metodológico, a presença marcante de um viés androcêntrico e conseqüente 'invisibilidade da mulher', além da tendência generalizada e não raro sutil à naturalização das divisões e assimetrias de gênero. Denunciar esse viés e preencher os grandes vazios na literatura tornando as mulheres mais visíveis foi portanto um dos principais objetivos no desenvolvimento desse campo de reflexão, ao tempo em que a construção do conceito de gênero foi se procedendo a partir de tentativas de expurgar do pensamento científico as representações naturalizantes do senso comum.

É fundamental ressaltar, contudo, que tais tendências e as desigualdades de gênero observadas não têm se limitado ao nível das representações, mas também se manifestado no cotidiano das práticas científicas e da vida acadêmica, sendo portanto reproduzidas em todos os níveis e desdobramentos da produção e transmissão dos 'saberes científicos'.

Basta observar que no panorama internacional, apesar de variações em nível nacional e locais, verifica-se uma divisão sexual desses 'saberes', manifesta inclusive numa nítida tendência à sexualização das disciplinas e áreas do conhecimento (e, certamente, de campos temáticos), com a resultante configuração do que se poderia denominar de 'guetos científico-acadêmicos femininos', tais como os existentes no Brasil nas áreas da Pedagogia, Psicologia, Enfermagem, Nutrição etc. Observa-se também a existência de alguns 'guetos masculinos' como a Engenharia, por exemplo. Além disso, são ainda gritantes as discrepâncias verificadas quanto à proporção de mulheres, sempre em situação de desvantagem, dentre os detentores de títulos de mestrado e doutorado, na categoria do equivalente a professores titulares, na direção de universidades, faculdades, centros de pesquisa, associações científicas etc. Isso se verifica inclusive naqueles países onde tem sido mais intenso o ingresso de mulheres nas universidades, nas ciências e na vida acadêmica de um modo geral.

Em alguns desses países, como no caso dos Estados Unidos, paralelamente ao desenvolvimento dos estudos e pesquisas sobre mulheres e relações de gênero, as chamadas 'feministas acadêmicas' têm se empenhado na luta pela erradicação das discrepâncias ali observadas. Em resposta às suas denúncias e reivindicações, foram criadas comissões especiais em muitas universidades e associações científicas, com o objetivo de avaliar o status da mulher naquelas instâncias e implementar políticas e programas de ação, como os de 'ação afirmativa', que visam combater práticas discriminatórias. Da mesma forma, envidaram-se esforços no sentido da criação de condições para melhorar o desempenho e promover maiores oportunidades para mulheres nas ciências e na academia, instituindo programas de bolsas de estudo e pesquisa para mulheres em todas as áreas do conhecimento, além de outras formas de incentivo à capacitação feminina. Nesse processo, as associações profissionais de mulheres, bem como aquelas dedicadas aos Women's Studies, têm desempenhado um papel fundamental como braço do movimento feminista nas ciências e na academia.

Cabe aqui perguntar: o que se tem feito no Brasil nesse sentido? Sem dúvida, muito pouco. Na verdade, apesar do constatado desenvolvimento do campo dos estudos sobre mulheres e relações de gênero no país, as avaliações da situação da mulher nas ciências e na academia praticamente inexistem e, quando isso acontece, carecem de uma atualização.

Sabe-se que, nas duas últimas décadas, verifica-se no país um crescimento considerável do ingresso de mulheres nas universidades, tanto estudantes como docentes, observando-se também incrementos na proporção de mulheres, nessas duas categorias, nos cursos de pós-graduação[16]. Entretanto, não se dispõe de estudos mais aprofundados das condições em que vem se dando esse processo, principalmente quanto às dificuldades enfrentadas pelas mulheres.

Dada a especificidade da condição feminina na sociedade, cumpre analisar, por exemplo, quantos anos, em média, as mulheres levam para concluir seus cursos de pós-graduação, em comparação ao que acontece no caso dos homens. Que discrepâncias podem ser observadas entre homens e mulheres, no que se refere à idade média em que ingressam nesses cursos e obtêm os títulos neles conferidos?

Face à crescente valorização da titulação, principalmente do doutorado, nos planos de carreira para docentes nas universidades, cabe perguntar: que condições se oferecem às mulheres para ascenção às categorias de professor titular, livre docente ou professor doutor? Considerando o fato de que ainda são poucos os programas de doutorado (ou mesmo de mestrado) existentes no país, estando os mesmos na sua esmagadora maioria

---

[16] ROSEMBERG, Fúlvia e PINTO, Regina Pahim *A Educação da Mulher*. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

concentrados nas regiões Centro e Sul - o que implica a necessidade de locomoção, sempre difícil para quem tem família, filhos -, não estariam as mulheres, principalmente as residentes em outras regiões, concorrendo em franca desvantagem?

Sem dúvida, tais questões e outras do mesmo teor enquadram-se com pertinência entre as que deveriam ser abordadas quando se avalia a práxis feminista na academia. Não seriam os núcleos fóruns privilegiados para tornar públicas tais dificuldades, bem como para se articular formas de minimizá-las?

A avaliação crítica por certo não poderia ser omissa, tampouco deixar de contemplar implicações outras, igualmente pertinentes, no que toca o crescente ingresso de mulheres nas universidades, sobretudo na qualidade de docentes. Uma questão que ainda carece de análise mais cuidadosa, nesse caso, é saber se, dado o fato de que os ideais feministas têm se disseminado com maior aceitação entre mulheres de nível superior, a crescente presença da mulher no ensino universitário tem realmente se traduzido em mudanças significativas no que se refere às relações de gênero no cotidiano do ensino e do convívio acadêmico. Ou será que as mulheres docentes estarão apenas reproduzindo as 'velhas' práticas e representações? Em outras palavras, é possível se detectar algum tipo de contribuição, por parte das mulheres, no sentido da erradicação dessas práticas, bem como de outras melhorias na qualidade do ensino e formação de novos pesquisadores?

Pode-se reformular essa questão em seus diferentes desdobramentos. Por um lado, cabe analisar se é realmente possível falar de uma 'pedagogia feminista'. O que a caracteriza como tal e como vem sendo implementada? Que efeitos tem produzido, seja no interior, seja para além das salas de aula, laboratórios de pesquisa e muros da academia? O que têm feito os núcleos no sentido da implementação de uma pedagogia feminista?

Por outro lado, é importante avaliar qual a extensão e grau de disseminação dos desenvolvimentos no campo dos estudos sobre mulheres e relações de gênero, no que se refere à sua incorporação nos programas curriculares e oferta de disciplinas, tanto nos cursos da graduação quanto da pós-graduação[17]. E cabe perguntar também: qual tem sido a atuação dos núcleos universitários dedicados a essa temática nesse sentido?

Avaliações recentes têm salientado que, malgrado o crescimento e ampliação da produção científica no campo dos estudos sobre mulheres e relações de gênero no Brasil, são poucas as contribuições teóricas nacionais de maior expressão. A perspectiva de gênero sem dúvida revitalizou os estudos nesse campo de reflexão, mas, de um modo geral, a produção nacional parece caminhar mais nas trilhas do que Thomas Kuhn[18] qualificou de ciência

---

[17] Uma avaliação dessa natureza foi realizada na USP, pelo NEMGE, sob a coordenação de Eva Blay. Veja-se BLAY, Eva, UEHARA, Helena e VIARC, Mário. Teses de mestrado, doutorado e livre-docência sobre a mulher, defendidas na USP entre 1985 e 1989. São Paulo. NEMGE, 1990

[18] KUHN, Thomas S *The Structure of Scientific Revolutions* Chicago. University of Chicago Press, 1970

normativa mais do que criativa, no sentido do desenvolvimento de novos recortes paradigmáticos e avanços teórico-metodológicos. Além disso, é ainda reduzido o grau de disseminação dos avanços comprovados nesse campo de reflexão, nas análises sobre a realidade brasileira. Ou seja, a incorporação da perspectiva do gênero, por exemplo, não vem se dando no Brasil na mesma extensão e profundidade que se observa no panorama internacional. Há de se refletir, portanto, sobre os fatores que têm sublinhado essa aparente resistência por parte da comunidade científica brasileira em incorporar essa perspectiva e de que maneira e em que medida os núcleos têm contribuído ou poderiam contribuir no sentido de vencer os obstáculos existentes.

Todas essas indagações não deixam de ser um exercício de autocrítica. O NEIM, enquanto um núcleo que sempre se pautou pela perspectiva de que na luta das mulheres a teoria e a práxis devem estar sempre intimamente ligadas - conforme explicitamos ao iniciar este texto -, entende que contribuir para a formação de uma consciência crítica feminina requer, para além de 'boas intenções', uma reflexão profunda dos fatores diversos geradores da opressão e exploração da mulher em nossa sociedade, assim como de outros aspectos da dinâmica das relações de gênero. Requer também um conhecimento da trajetória de lutas, conquistas e questões relativas ao movimento de mulheres, capaz de fornecer dados efetivos para que as mulheres possam atuar criticamente e se engajar nestas lutas. E tem sido essa preocupação o princípio norteador da nossa proposta de articulação da REDOR e hoje da sua coordenação[19].

Entretanto, estamos cientes de que, até agora, nossa práxis feminista na academia - e, no particular, na Universidade Federal da Bahia - também tem sido omissa no sentido de transformação da própria academia. O que não significa dizer que estamos alheias à necessidade de se inaugurar, talvez até neste preciso momento, uma nova etapa do projeto feminista na universidade.

---

[19] Um exemplo dessa prática foi o Curso Poder, Condição Feminina e Relações de Gênero, onde se buscou articular a experiência multifacetária do feminismo nos últimos 30 anos envolvendo condição feminina e as relações de gênero Esse curso foi realizado através da Coordenadoria de Estudos da Mulher da Fundação Joaquim Nabuco em Recife, em outubro de 1993, sob a coordenação de Cristina Buarque. O curso, realizado com o apoio da Fundação Ford, foi ministrado para docentes, pesquisadores, mestrandos ligados aos núcleos do Norte e Nordeste e para técnicos de várias ONG's de mulheres do Recife.